

# Senado decide dar tempo para governo achar solução

*Mas relator afirma  
que se resposta  
demorar senadores vão  
tomar decisão*

**BEATRIZ ABREU**

**B**RASILIA — O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator de um projeto que propõe a renegociação da dívida de Estados e municípios, mudou o tom do discurso e aceitou esperar até a semana que vem uma solução do Ministério da Fazenda, que acenou com a criação de um fundo para socorrer os Estados. "Se a solução demorar, o Senado vai ter de se posicionar, mas não se trata de barganha ou de colocar o pé no pescoço do governo", comentou o senador.

Nos últimos dias, Bezerra se associou às pressões dos Estados pela renegociação de suas dívidas. Os senadores ameaçam reduzir de 11% para 9% da receita o limite das despesas de governadores e prefeitos com pagamento de dívidas. Alguns Estados, como Mato Grosso, Alagoas, Piauí e Paraíba, já foram socorridos com recursos da Caixa Econômica Federal (CEF), mas ainda assim estão com dificuldades para pagar os salários dos funcionários.

Ontem, o governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira (PDT), também conversou com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e admitiu que o dinheiro da CEF só foi suficiente para colocar em dia a folha de agosto. "Já atrasei setem-

bro e outubro está vencendo sem que eu tenha dinheiro", disse. Ele garantiu que até a semana que vem a Fazenda detalhará critérios gerais para a renegociação das dívidas e as medidas que terão de ser adotadas pelos Estados.

O governo planeja criar um fundo de socorro financeiro aos Estados — com recursos do Tesouro, inclusive. Bezerra calcula que serão necessários cerca de R\$ 3,6 bilhões, o equivalente ao total da dívida de curtíssimo prazo dos Estados, contratada em operações de antecipação de receita orçamentária (ARO), mais o dinheiro necessário para colocar as folhas de pagamento em dia. "E talvez um pouco mais para aliviar as despesas com o décimo terceiro."

O senador esclareceu, no entan-

to, que no caso das operações ARO, não está certo que o governo irá renegociar a totalidade do débito de todos os Estados. "Cada caso é um caso", insistiu. A negociação se dará em dois tempos, segundo ele. Nesta

**D**ANTE DIZ  
QUE DINHEIRO  
DA CEF SÓ DEU  
PARA AGOSTO

primeira etapa, o governo vai resolver o problema da dívida de curto prazo e negociar a inclusão da dívida das empresas no mesmo esquema acertado em 1994.

Ou seja, os débitos pagos pelas empresas também seriam usados para enquadrar a despesa dos Estados com pagamento de dívidas no limite de 11%. A outra etapa será a renegociação da dívida mobiliária (em títulos), por meio da troca de títulos estaduais por títulos federais, numa operação que se estenderá até o fim do ano.